

**INVESTIMENTO PÚBLICO NO BRASIL: TRAJETÓRIA E RELAÇÕES COM O REGIME FISCAL****Rodrigo Octávio Orair**

Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea; e pesquisador associado ao International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG). *E-mail*: rodrigo.orair@ipea.gov.br

Este texto analisa a trajetória dos investimentos públicos na economia brasileira e suas relações com o regime fiscal e com a orientação da política fiscal. Procura-se explorar alguns dos fatores que estão por trás tanto do esboço de retomada no período 2005-2010 quanto da sua inflexão para tendência de queda em 2011-2015, que fez com que o avanço anterior já tenha sido quase todo revertido. A hipótese central do texto diz respeito aos constrangimentos orçamentários aos investimentos que foram flexibilizados no período 2005-2010 e retornaram de maneira mais aguda durante 2011-2014.

De maneira mais precisa, procurou-se mostrar que, a partir de 2011, a redução do espaço fiscal para investimentos foi um resultado inevitável da combinação entre rigidez da política fiscal, revelada por um componente estrutural e inercial dos gastos sociais, que já vinham crescendo desde a década de 1990, com a estratégia do governo de promover a retomada do crescimento via ampliação de subsídios e desonerações para o setor privado. Essa combinação de fatores ocasionou uma mudança na composição da política fiscal, com a passagem de um período no qual o espaço fiscal criado pelas flexibilizações no regime de metas foi canalizado predominante para investimentos públicos (2005-2010) para um período de maior crescimento dos subsídios e das desonerações (2011-2014), que em parte explica o malogro da estratégia de se retomar o crescimento. Do mesmo modo, a recente inflexão da política fiscal, do expansionismo do decênio 2005-2014 para nova fase de ajustamento iniciada em 2015, também impôs cortes desproporcionais aos investimentos públicos que tendem a agravar ainda mais a situação econômica do país.

Procurou-se também apontar a fragilidade do mecanismo introduzido no regime fiscal para remover entraves orçamentários aos investimentos, na medida em que a margem de dedução de projetos prioritários de investimentos foi se desviando do seu propósito

inicial e atualmente quase não guarda relação com esses investimentos. A fragilidade desse instrumento, juntamente com a rigidez da política fiscal, acaba por tornar a situação dos investimentos muito vulnerável no atual regime fiscal e aponta para um cenário pouco favorável nos próximos anos.

O objetivo do texto é contribuir com o debate sobre o regime fiscal brasileiro e procurar destacar a necessidade de que a avaliação de alternativas de estratégias fiscais leve em consideração as repercussões dos investimentos públicos sobre o crescimento econômico e sobre a sustentabilidade das finanças públicas. Faz-se ainda a sugestão de se resgatar mecanismos orçamentários mais explícitos para conferir tratamento fiscal diferenciado aos investimentos públicos, como a constituição de um orçamento de capital em separado. Por fim, o trabalho envolve um esforço de compilação e estimação das séries de investimentos públicos que podem ser disponibilizadas para quaisquer interessados mediante contato por correio eletrônico com o autor.